

**ATO PGJ N. 0116/2024**

Dispõe sobre a Lista de Antiguidade dos Promotores de Justiça da Capital para atuação perante as Turmas Recursais dos Juizados Especiais do Estado do Tocantins.

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 17, inciso XII, alínea "b", da Lei Complementar Estadual n. 51, de 2 de janeiro de 2008, e

**CONSIDERANDO** a Resolução CPJ n. 003, de 17 de agosto de 2021, que regulamenta a atuação do Ministério Público do Estado do Tocantins perante as Turmas Recursais dos Juizados Especiais, instituídas pela Resolução TJTO n. 07, de 4 de maio de 2017;

**CONSIDERANDO** a necessidade de estabelecer a Lista de Antiguidade dos Promotores de Justiça da Capital para atuação perante as Turmas Recursais dos Juizados Especiais do Estado do Tocantins, em sistema de rodízio,

**RESOLVE:**

Art. 1º **PUBLICAR** a Lista de Antiguidade dos Promotores de Justiça da Capital para atuação perante as Turmas Recursais dos Juizados Especiais do Estado do Tocantins, nos termos do Anexo Único deste Ato.

Art. 2º Revogar o Ato PGJ n. 076, de 21 de agosto de 2024.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

**PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.**

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**, em Palmas, 11 de dezembro de 2024.

**LUCIANO CESAR CASAROTI**  
Procurador-Geral de Justiça

**ANEXO ÚNICO DO ATO PGJ N. 116/2024**


PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

TURMA	PROMOTOR DE JUSTIÇA		CONTROLE DE DESIGNAÇÃO NA TURMA RECURSAL			Observação
			Início	Fim	Portaria	
1ª Turma	Titular	KONRAD CESAR RESENDE WIMMER	27/05/2024	27/05/2025	497/2024	Anuênio
	Suplente	FELÍCIO DE LIMA SOARES				
2ª Turma	Titular	WERUSKA REZENDE FUSO	27/05/2024	27/05/2025	498/2024	Anuênio
	Suplente	RODRIGO GRISI NUNES				
ORDEM	PROMOTOR DE JUSTIÇA		CONTROLE DE DESIGNAÇÃO NA TURMA RECURSAL			Observação
			Início	Fim	Portaria	
1	EDSON AZAMBUJA					Promotor de Justiça Assessor do Corregedor-Geral do Ministério Público
2	ABEL ANDRADE LEAL JÚNIOR					Chefe de Gabinete Procurador-Geral de Justiça
3	THIAGO RIBEIRO FRANCO VILELA					Renunciou à suplência por meio do e-Doc n. 07010678601202438
4	FELÍCIO DE LIMA SOARES					
5	MÁRCIA MIRELE STEFANELLO VALENTE					Renunciou à suplência por meio do e-Doc n. 07010679683202438
6	BENEDICTO DE OLIVEIRA GUEDES NETO					Renunciou à suplência por meio do e-Doc n. 0701681345202466
7	RODRIGO GRISI NUNES					
8	SIDNEY FIORI JÚNIOR					
9	OCTAHYDES					

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

10	DIEGO NARDO				
11	VINICIUS DE OLIVEIRA E SILVA				
12	PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO				
13	ANDRÉ RICARDO FONSECA CARVALHO				
14	JACQUELINE OROFINO DA SILVA ZAGO DE OLIVEIRA				
15	ARAÍNA CESÁREA FERREIRA DOS SANTOS D'ALESSANDRO				
16	CARLOS GAGOSSIAN JÚNIOR				Renunciou ao anuênio por meio do e-Doc n. 07010403181202195
17	MARIA NATAL DE CARVALHO WANDERLEY				Renunciou ao anuênio por meio do e-Doc n. 07010403181202195
18	MARIA CRISTINA DA COSTA VILELA	24/05/2021	24/05/2022	447/2021	Anuênio
19	FÁBIO VASCONCELLOS LANG				Renunciou ao anuênio por meio do e-Doc n. 07010477317202284
20	KÁTIA CHAVES GALLIETA	25/05/2022	25/05/2023	524/2022	Anuênio
21	ADRIANO CÉSAR PEREIRA DAS NEVES	25/05/2022	25/05/2023	525/2022	Anuênio
22	ANDRÉ RAMOS VARANDA				Renunciou ao anuênio por meio do e-Doc n. 07010570983202371
23	ROBERTO FREITAS GARCIA				
24	DELVEAUX VIEIRA PRUDENTE JUNIOR	26/05/2023	26/05/2024	502/2023	Anuênio
25	FLÁVIA RODRIGUES CUNHA	26/05/2023	26/05/2024	467/2023	Anuênio
26	PAULO ALEXANDRE RODRIGUES DE SIQUEIRA				

### Assinaturas do documento

	<p><b>Assinado por:</b> LUCIANO CESAR CASAROTI como (lucianocasaroti) <b>Na data:</b> 12/12/2024 às 15:42:26 <b>SIGN:</b> 1aa5dd2ae00f64ed696d5f000644631cd867816a <b>URL:</b> <a href="https://mpto.mp.br/portal/servicos/cheocar-assinatura/1aa5dd2ae00f64ed696d5f000644631cd867816a">https://mpto.mp.br/portal/servicos/cheocar-assinatura/1aa5dd2ae00f64ed696d5f000644631cd867816a</a></p>
---	--

Este documento foi assinado eletronicamente mediante usuário autenticado no Sistema Athenas. O mesmo possui amparo legal no âmbito do **Ministério Público do Estado do Tocantins**, segundo o **Ato 071/2012 da PGJ**.